



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1185/2024**

Pregão nº **349/2024 - LACEN**  
Processo nº **2024-KSZLQ**  
COMPRASGOV: nº **90349/2024**  
UASG: **925120**  
ID CidadES nº **2024.500E0500019.02.0326**

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pela Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde, **CAROLINA MARCONDES REZENDE SANCHES**, designado pelo Decreto Estadual nº 1953-S, DE 01.10.2024 e publicado no DIO de 02/10/2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA **REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO - MEIO DE CULTURA E CONTADOR DE COLÔNIAS**, sob nº. **349/2024**, conforme processo E-DOCS nº **2024-KSZLQ**, RESOLVE registrar os preços da empresa: **LABTEK COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA (CNPJ: 07.185.891/0001-47)**, com sede a Rua Antônio Pinto de Moraes 220, Bloco 1 ap 14 - Vila Anhanguera - Campinas-SP, CEP 13.031-780 - **E-mail:** labtek21@gmail.com - **Telefone:** (19) 98808-7796 - neste ato representado por **MARCELLO JOSE SALES FERREIRA**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelos Decretos Estaduais nº 5.354-R/2023 e 5.545-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **BEM DE CONSUMO - MEIO DE CULTURA E CONTADOR DE COLÔNIAS**, especificado no Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº **349/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas do item, fornecedores e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

| ITEM | CÓDIGO SIGA | CÓDIGO CATMAT | DESCRIÇÃO/<br>ESPECIFICAÇÕES   | UNIDADE | QUANT. MÁX | VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM R\$ | VALOR TOTAL POR ITEM R\$ |
|------|-------------|---------------|--|---------|------------|------------------------------|--------------------------|
| 01   | 245777      | 415901        | <b>PLACA DE CULTURA PRONTA PARA CONTAGEM;</b> NOME: PLACAS PARA CONTAGEM DE COLIFORMES TOTAIS E ESCHRICIA COLI; APRESENTAÇÃO: MEIO SELETIVO PRONTO EM FILME FLEXÍVEL SIMILAR OU SUPERIOR A REFERÊNCIA PETRIFILM PARA CONTAGEM DE COLIFORMES TOTAIS E ESCHERICHIA COLI; FINALIDADE: IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE COLIFORMES TOTAIS E ESCHERICHIA COLI EM 24 HORAS; COMPOSIÇÃO: AGAR VERMELHO VIOLETA BILE (VRB), UM AGENTE GELEIFICANTE SOLÚVEL EM ÁGUA FRIA, UM INDICADOR DE ATIVIDADE | UNIDADE | 500        | R\$ 14,8100                  | R\$ 7.405,00             |



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  | GLUCURONIDASE (BCIG) E UM INDICADOR DE TETRAZOLIO; CERTIFICACAO: COM CERTIFICACAO DE ANALISE; EMBALAGEM: EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULAGEM: DADOS DE IDENTIFICACAO, Nº DE LOTE, VALIDADE, PROCEDENCIA E ARMAZENAMENTO; OUTRAS INFORMACOES: APRESENTAR BULA COM INSTRUcoes DE USO; METODOLOGIA OFICIAL NA AOAC; MANTER REFRIGERADO ENTRE 2 A 8 GRAUS CELSIUS; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE<br><br><b>MARCA: NEOGEN</b> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo "A" desta Ata.

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR

- 3.1. O órgão gerenciador será **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**.
- 3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

- 4.1.1. Identificação da ARP de interesse;
- 4.1.2. Indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 4.1.3. Endereços de entrega ou de prestação dos serviços;
- 4.1.4. Dados de contato do requerente;
- 4.1.5. Assinatura e identificação do subscritor; e
- 4.1.6. Outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

#### 4.5 Dos limites para as adesões

4.5.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.5.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

4.5.3 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item **4.5.1**.

**5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (hum) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item **5.1** deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (hum) exercício financeiro.

5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item **5.2** deverá estar vigente no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

5.4.2 será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2 quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item **9**.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8.1 Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item **5.8** deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

5.9 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7**, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1 convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3.1 No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

7.2.1 o requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2 a modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;

7.2.3 seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.3 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.4 Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.

7.5 Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:

7.5.1 efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e

7.5.2 cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

7.6 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.

7.7 Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item **7.2.2**, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.

7.8 Excepcionalmente, na hipótese do item **7.6**, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.

7.9 O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.

7.9.1 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes dos itens, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.

8.2 O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o item e o quantitativo que deseja.

8.3 O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.

8.4 O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

8.5 Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.

8.6 Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

**9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1 O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

9.1.1 descumprir as condições da ARP;

9.1.2 não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

9.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4 sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

9.2 Na hipótese do item **9.1.4**, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3 O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.4**.

9.4 Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

9.4.1 por razões de interesse público; ou

9.4.2 a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

**10 DAS PENALIDADES**

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**11 CONDIÇÕES GERAIS**

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

**12 DO FORO**

12.1 Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2 Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

---

**CAROLINA MARCONDES REZENDE SANCHES**  
SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE  
CONTRATANTE

---

**MARCELLO JOSE SALES FERREIRA**  
LABTEK COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA  
CONTRATADA



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

| <b>1. QUADRO RESUMO</b>   |   |
|---|---|
| 1.01 Título e Objetivo Geral:   | Registro de preço para meios de cultura em placas para contagem e contador de colônias para uso em ensaios quantitativos de microbiologia, para atender ao Lacen/ES.  |
| 1.02 Delimitação do Objeto a ser licitado:                                      | Meios de cultura em placas para contagem e contador de colônias   |
| 1.03 Modalidade de Licitação e Base Legal:                                      | <b>Registro de Preços (Pregão Eletrônico)</b> conforme ditames da Lei Federal nº 14.133/2021; Decretos Estaduais 5352-R/2023 e alterações; 5354-R/2023; 5545-R/2023.  |
| 1.04 Estimativa de custos global:   | <b>R\$ 7.405,00 (sete mil, quatrocentos e cinco reais)</b>  |
| 1.05 Prazo estipulado de vigência contratual:                                   | O prazo de vigência da ARP, contado a partir da publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, para os quantitativos remanescentes não utilizados, comprovado preço vantajoso.   |
| 1.06 Informação Orçamentária:   | Programa de Trabalho: <b>10.305.0061.2961</b> Elemento de Despesa: <b>33903000</b> (Insumos Itens 1 a 6), <b>44905208</b> (equipamentos Itens 7 e 8)  |
| 1.07 Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização: | <b>Laboratório Central de Saúde Pública- Lacen/Núcleo de Produtos</b>   |
| 1.08 Prazo estipulado para entrega:   | Até <b>30 (trinta) dias ou até 90 (noventa) dias corridos</b> para material importado, após o recebimento da Ordem de Fornecimento. O prazo de entrega poderá ser estendido, mediante solicitação e justificativa da Contratada, nos casos de problemas com a importação do produto.  |
| 1.09 Equipe responsável pela elaboração do TR:                                  | Nayana de Oliveira Souza, Matrícula 3605124, Farmacêutica-Bioquímica, e-mail: <a href="mailto:lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br">lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br</a> , Tel.:(27) 3636-8400<br>Renan Vasconcelos Santos, Matrícula 3547515, Chefe do Núcleo de Produtos, e-mail: <a href="mailto:lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br">lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br</a> , Tel.:(27) 3636-8400  |
| 1.10 Gestor e Fiscais da Ata:   | Gestor: Renan Vasconcelos Santos, Chefe do Núcleo de Produtos do Lacen/ES; (27) 3636-8400, <a href="mailto:lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br">lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br</a><br>Fiscais:<br>Glauce Santiago, Farmacêutica, Núcleo de Produtos do Lacen/ES; (27) 3636-8403, <a href="mailto:lacen.microbiologiaalimentos@saude.es.gov.br">lacen.microbiologiaalimentos@saude.es.gov.br</a><br>Suerly Pereira da Silva Belli, Técnica em Laboratório, Núcleo de Produtos do Lacen/ES; (27) 3636-8403, <a href="mailto:lacen.microbiologiaalimentos@saude.es.gov.br">lacen.microbiologiaalimentos@saude.es.gov.br</a><br>Nayana de Oliveira Souza, Farmacêutica-Bioquímica, Núcleo de Produtos do Lacen/ES; (27) 3636- 8400, <a href="mailto:lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br">lacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br</a> . |
| 1.11 Modo de Disputa:   | <b>Aberto/Fechado</b>   |
| 1.12 Critério de Julgamento:  | Menor Preço por item  |
| 1.13 Forma de Adjudicação:  | Por item  |



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

|  |                                       |
|--|---------------------------------------|
| 1.14 Encaminhamento de Amostra:                  | SIM – Prova de Conceito/ Demonstração |
| 1.15 Será permitido a Adesão:                    | SIM                                   |
| 1.16 Será permitida a participação de Consórcio: | NÃO                                   |
| 1.17 Versão e data do Termo de Referência:       | <b>Versão 2.0; 13/09/2024</b>         |

## 2. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.1 Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 016/2024, constante no apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1 Registro de preço para aquisição de meios de cultura em placas para contagem e contador de colônias para uso em ensaios quantitativos de microbiologia, para atender ao Lacen/ES, de acordo com as especificações e requisitos descritos no Termo de Referência.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada no Item 01 do ETP nº 016/2024.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Item 07 do ETP nº 016/2024.

## 6. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO: DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO,

6.1 Aquisição nos termos das especificações definidas tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

| ITEM | CÓDIGO CATMAT | CÓDIGO SIGA | DESCRIÇÃO  | UNIDADE | QUANTITATIVO |
|------|---------------|-------------|--|---------|--------------|
| 01   | 415901        | 245777      | PLACA DE CULTURA PRONTA PARA CONTAGEM; NOME: PLACAS PARA CONTAGEM DE COLIFORMES TOTAIS E ESCHERICHIA COLI; APRESENTAÇÃO: MEIO SELETIVO PRONTO EM FILME FLEXÍVEL SIMILAR OU SUPERIOR A REFERÊNCIA PETRIFILM PARA CONTAGEM DE <u>COLIFORMES TOTAIS E ESCHERICHIA COLI</u> ; FINALIDADE: IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE COLIFORMES TOTAIS E ESCHERICHIA COLI EM 24 HORAS; COMPOSIÇÃO: AGAR VERMELHO VIOLETA BILE (VRB), UM AGENTE GELEIFICANTE SOLÚVEL EM ÁGUA FRIA, UM INDICADOR DE ATIVIDADE GLUCURONIDASE (BCIG) E UM INDICADOR DE TETRAZOLIO; CERTIFICAÇÃO: COM CERTIFICAÇÃO DE ANÁLISE; EMBALAGEM: EMBALAGEM REFORÇADA E ADEQUADA PARA O PRODUTO; ROTULAGEM: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, Nº DE LOTE, VALIDADE, PROCEDÊNCIA E ARMAZENAMENTO; OUTRAS INFORMAÇÕES: APRESENTAR BULA COM INSTRUÇÕES DE USO; METODOLOGIA OFICIAL NA AOAC; MANTER REFRIGERADO ENTRE 2 A 8 GRAUS CELSIUS; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE | UNIDADE | 500          |

6.2 Para fins desta aquisição, em caso de divergência entre os descritivos dos códigos dos catálogos de materiais CATMAT e SIGA-ES, devem prevalecer as especificações presentes neste Termo de Referência, referentes ao código SIGA;

6.3 Para os itens em que não foi encontrado CATMAT específico, foi indicado um código de objeto similar. Tais itens também devem obedecer à regra descrita acima;

6.4 Os produtos devem estar acompanhado de instruções de uso e certificado de análise atestando a qualidade do lote fornecido, as características do produto;

6.5 Os reagentes devem ser fornecidos em embalagem original, lacrada, devidamente rotulado, contendo informações tais como nome do produto, código do fabricante, quantidade, lote, validade, temperatura de conservação;

6.6 Os reagentes deverão ser transportadas de acordo com as recomendações de conservação descritas pelo fabricante, garantindo sua integridade até o momento da entrega ao laboratório;

6.7 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.8 O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum e não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023;

6.9 No fornecimento dos insumos deverá estar incluso no preço, todas as despesas necessárias ao seu fornecimento, tais como transporte, material de embalagem, taxas e impostos incidentes, entre outras despesas;

6.10 O prazo de vigência da contratação, a partir da publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, para os quantitativos remanescentes não utilizados na ARP, comprovado preço vantajoso, conforme Art. 34 do Decreto Estadual 5354-R-2023. Esta definição tem como base as seguintes razões:

- a) os reagentes serão utilizados rotineiramente no laboratório;
- b) o insumo é perecível e possui um curto prazo de validade;
- c) o quantitativo para uso mensal poderá variar em função das demandas espontâneas e suspeita de surtos que não podem ser precisamente estimados.

6.11 Na proposta comercial deverá constar a marca, modelo, especificação e o código de catálogo do fabricante com as informações técnicas completas para identificação do produto ofertado. Sempre que solicitado, a licitante deverá enviar informações técnicas complementares e/ou manuais do fabricante para avaliação do produto através do e-mail: [iacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br](mailto:iacen.nucleoprodutos@saude.es.gov.br);



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

6.12 No último mês de garantia do equipamento, a Contratada deverá realizar manutenção preventiva do equipamento sem custos adicionais.

## 7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 7.1 DA SUSTENTABILIDADE

7.1.1 Devem ser atendidos os seguintes critérios de sustentabilidade:

7.1.1.1 Os produtos devem estar acondicionados de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em embalagens constituídas de materiais atóxicos.

7.1.1.2 As embalagens de transporte deverão ser constituídas por materiais atóxicos e recicláveis;

7.1.1.3 As embalagens primárias dos reagentes não serão recicladas por conterem materiais biológicos.

### 7.2 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS/ PROVA DE CONCEITO

7.2.1 Encerrada a etapa de classificação das propostas, anterior ou conjuntamente com a solicitação dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou a CPL convocará o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a demonstrar que objeto ofertado para os itens 07 e 08, contadores de colônias (campo claro e campo escuro respectivamente), atenda a todos os requisitos deste termo de referência;

7.2.2 O interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar prova de conceito, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença ou observação será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores;

7.2.3 A prova de conceito será realizada através de demonstração das funcionalidades e operação dos equipamentos e insumos. Todos os requisitos serão avaliados na forma "atende/não atende". Quando o requisito for atendido integralmente será avaliado como "atende". Caso um ou mais requisitos sejam atendidos apenas parcialmente ou não sejam atendidos, será considerado como "não atende" e o licitante será desclassificado;

7.2.4 A demonstração dos equipamentos poderá ser realizada no Lacen, no endereço Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025, Bento Ferreira, Vitória – ES, ou de forma remota através de videoconferência, no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis após entrega da proposta, sendo que a empresa assume total responsabilidade pela sua execução ou eventual atraso. A demonstração deverá ocorrer ao vivo, e poderá ser realizada pelo fabricante ou seu representante, porém não será aceito material de mídia gravado para divulgação de produto;

7.2.5 É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo;

7.2.6 No caso de não haver demonstração da prova de conceito ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita, ou havendo prova de conceito fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

7.2.7 Caso haja necessidade, para maiores esclarecimentos, poderão ser solicitados testes adicionais ou outros testes nos equipamentos;

7.2.8 Os resultados das avaliações e a decisão será formalizada e divulgada aos licitantes por meio de despacho ou mensagem no sistema;

7.2.9 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

### 7.3 DA SUBCONTRATAÇÃO

**Não é admitida** a subcontratação do objeto contratual.

### 7.4 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**Não haverá exigência** da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de Ata de Registro de Preços.

### 7.5 DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for "de alta complexidade ou vulto", o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

### 7.6 MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Nos termos do §3º do art. 22 da Lei 14.133/2021, e do art. 20 do Decreto Estadual 5545-R/2023, a matriz de alocação de riscos é obrigatória quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, não sendo o caso da contratação pretendida.

### 7.7 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.7.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ARP na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

- 7.7.1.1 Identificação da ARP de interesse;
- 7.7.1.2 Indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 7.7.1.3 Endereço de entrega;
- 7.7.1.4 Dados de contato do requerente;
- 7.7.1.5 Assinatura e identificação do subscritor;
- 7.7.1.6 Outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

7.7.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

7.7.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento;

7.7.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

7.7.5 A adesão dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente, observando os seguintes critérios:

7.7.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

7.7.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **7.8 DOS REQUISITOS DE QUALIDADE**

Conforme itens 6.5 a 6.13 deste Termo de Referência.

#### **7.9 DOS REQUISITOS GERAIS**

7.9.1 É permitido o registro de preço de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, e do proponente que mantiver sua proposta final, desde que não seja superior ao estimado;

7.9.2 Apenas o preço do licitante declarado vencedor, será registrado, sem prejuízo da possibilidade de convocação dos classificados subsequentes, se a contratação com o vencedor original fracassar, desde que as propostas se apresentem vantajosas à Administração;

7.9.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para aquisição pretendida, desde que devidamente motivada;

7.9.4 O contratado deverá manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

## **8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **8.1 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

8.1.1 Os objetos desse TR deverão ser entregues em até **30 (trinta) dias corridos ou 90 (noventa) dias corridos para material importado**, a partir do recebimento da ordem de fornecimento de material;

8.1.2 Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas por e-mail, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, apresentando as devidas justificativas, comprovação documental e a nova previsão de entrega. Somente para materiais importados, o prazo máximo de prorrogação será de 120 (cento e vinte dias);

8.1.3 A prorrogação do prazo de entrega é uma exceção. A empresa contratada deverá honrar com as condições específicas de fornecimento e prazos de entrega dos itens dos quais arrematou, para evitar prejuízo ou interrupção das análises laboratoriais;

8.1.4 Na ocasião do pregão, a empresa deverá confirmar o prazo de entrega com seu fornecedor e informar em sua proposta o prazo máximo de entrega de cada item arrematado;

8.1.5 Os insumos deverão estar em embalagem original, lacrada, contendo as identificações e código do fabricante;

8.1.6 A empresa contratada deve reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte ou fabricação, bem como, providenciar a imediata substituição.

#### **8.2 DO LOCAL DE ENTREGA**

A entrega dos itens solicitados será realizada no **Almoxarifado do Laboratório Central de Saúde Pública**, situado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira, Vitória/ES – CEP 29050-625, no horário de 08 às 16 horas.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

**8.3 DO PRAZO DE VALIDADE E PRAZO DE GARANTIA**

8.3.1 O prazo de validade dos insumos na data da entrega não poderá ser **inferior a 12 (doze) meses** do prazo total estipulado pelo fabricante;

8.3.2 O prazo de garantia do equipamento será de no mínimo 12 meses a partir do aceite da sua liberação para uso, ou seja, após instalação inicial, considerando todos os custos de manutenção, incluindo peças sem custos adicionais à Contratante;

8.3.3 No decorrer do período de garantia, eventuais problemas ou material não conforme/ defeito/ vícios, deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada ou mesmo substituídos por outros, em até 60 dias após comunicação. As substituições de produtos serão de responsabilidade da Contratada, assim como o custeio com transporte e frete.

## 9. DA GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1 A execução do instrumento contratual será acompanhada por servidores do Lacen designados pela autoridade competente, que deverão atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições do contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento. Além disso, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação;

9.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

9.3 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações e mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

9.4 Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

9.4.1 O insumo será inspecionado e verificadas as suas condições físicas, rotulagem, data de fabricação, validade e quantidade, condições de armazenamento e transporte, preço, condições de pagamento e se a remessa corresponde à solicitação. Caso haja divergências, o produto será devolvido à Contratada;

9.4.2 O insumo fornecido será inspecionado e os dados registrados em formulário próprio de Inspeção de insumos críticos externos. Cada lote fornecido será submetido à pré-teste pela área técnica do laboratório, a fim de verificar sua qualidade e garantir a confiabilidade para uso nas análises laboratoriais. Quando identificado algum problema durante o teste de verificação, o fiscal ou gestor notificará o fornecedor através de e-mail, para providenciar a substituição do produto;

9.4.3 O fornecedor será avaliado a cada produto entregue, com o objetivo de qualificá-lo para assegurar que os insumos providos externamente estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos pela contratação;

9.4.4 Os quesitos de inspeção e avaliação serão os seguintes:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

| INSPEÇÃO DE RECEBIMENTO - ALMOXARIFADO   |                          |  |         |     |    |
|--|--------------------------|--|---------|-----|----|
| Produto:   |                          |  |         |     |    |
| Fornecedor:  |                          | Fabricante:                                    |         |     |    |
| Nº Nota fiscal:  |                          | Lote:  |         |     |    |
| Data programada (a):   | Data de Recebimento (b): | Requisito 1: Pontualidade<br>(data b - data a) |         |     |    |
| Lista de Verificação de Insumos  |                          | Sim  | Parcial | Não | NA |
| Requisito 2: Quantidade atendida   |                          |  |         |     |    |
| Quantidade recebida confere com o pedido e com a nota fiscal?                              |                          |  |         |     |    |
| Requisito 3: Conformidade em acondicionamento e transporte                                 |                          |  |         |     |    |
| Embalagens secundárias estão íntegras e lacradas?  |                          |  |         |     |    |
| Embalagens primárias estão íntegras e lacradas?  |                          |  |         |     |    |
| Temperatura de transporte e no ato de recebimento estão em condição adequada?              |                          |  |         |     |    |
| Requisito 4: Conformidade em identificações do produto                                     |                          |  |         |     |    |
| Rótulos estão íntegros e com informações legíveis?   |                          |  |         |     |    |
| Rótulo apresenta data de fabricação?   |                          |  |         |     |    |
| Prazo de validade está conforme especificado no pedido? Rótulo apresenta data de validade? |                          |  |         |     |    |
| Rótulo apresenta número de lote?   |                          |  |         |     |    |
| FISPQ - Ficha de Informações de Segurança dos Produtos Químicos enviada?                   |                          |  |         |     |    |
| Observações:   |                          |  |         |     |    |
| Responsável:   |                          |  | Data:   |     |    |

| INSPEÇÃO TÉCNICA  |  |     |         |     |    |
|---|--|-----|---------|-----|----|
| Lista de Verificação de Insumos   |  | Sim | Parcial | Não | NA |
| Requisito 5: Conformidade das especificações e qualidade técnica do produto   |  |     |         |     |    |
| Características e/ou composição conferem com as especificações do pedido? (fórmula, peso molecular, grau de pureza, outros) |  |     |         |     |    |
| Aspecto físico do produto está adequado?  |  |     |         |     |    |
| Certificado/Documento de análise do lote entregue?  |  |     |         |     |    |
| Teste de verificação do produto foi válido?   |  |     |         |     |    |
| Acompanha ficha técnica?  |  |     |         |     |    |
| Responsável:  |  |     | Data:   |     |    |



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

|   |             |
|---|-------------|
| Evidências dos testes de verificação:                                       |             |
| Insumo liberado para uso (Sim ou Não)? Se não, justificativa:               |             |
| Responsável pelos testes:   | Data:       |
| <b>AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO FORNECIMENTO</b>                               |             |
| <b>REQUISITOS</b>   | <b>NOTA</b> |
| Requisito 1: Pontualidade   |             |
| Requisito 2: Quantidade atendida  |             |
| Requisito 3: Conformidade em acondicionamento e transporte                  |             |
| Requisito 4: Conformidade em identificações do produto                      |             |
| Requisito 5: Conformidade das especificações e qualidade técnica do produto |             |

Legenda escala de notas:

Nota 1 – requisito não atendido

Nota 5 – requisito parcialmente atendido  
Nota 10 – requisito integralmente atendido

| AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO FORNECIMENTO                                      |  |   |   |
|---|--|---|---|
| REQUISITOS  |  |   | NOTA  |
| Requisito 1: Pontualidade   |  |   |   |
| Requisito 2: Quantidade atendida  |  |   |   |
| Requisito 3: Conformidade em acondicionamento e transporte                  |  |   |   |
| Requisito 4: Conformidade em identificações do produto                      |  |   |   |
| Requisito 5: Conformidade das especificações e qualidade técnica do produto |  |   |   |
| REQUISITOS  | Nota 1 – requisito não atendido  | Nota 5 – requisito parcialmente atendido  | Nota 10 – requisito integralmente atendido        |
| 1. Pontualidade   | Atraso superior a 5 dias da data programada  | Atraso de até 5 dias da data programada   | Sem atraso na entrega conforme data programada    |
| 1. Quantidade atendida  | Quantidade não entregue ou parcialmente entregue, porém sem cumprimento do novo prazo acordado | Quantidade parcialmente entregue porém houve cumprimento do novo prazo acordado | Quantidade entregue conforme quantidade adquirida |
| 3. Conformidade em acondicionamento e transporte                            | Não atendeu a 100% dos requisitos da lista de verificação                                      | ---   | Atendeu a 100% requisitos da lista de verificação |
| 4. Conformidade em identificações do produto                                | Não atendeu a 100% dos requisitos da lista de verificação                                      | ---   | Atendeu a 100% requisitos da lista de verificação |
| 5. Conformidade da qualidade técnica do produto                             | Não atendeu a 100% dos requisitos da lista de verificação                                      | Atendeu aos requisitos aplicáveis, exceto o prazo de validade especificado      | Atendeu a 100% requisitos da lista de verificação |



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

9.4.5 A partir dos resultados das avaliações, o provedor externo será classificado conforme tabela abaixo:

CÁLCULO DO IDF = SOMA DA MÉDIA PONDERADA DOS REQUISITOS / 10

|            |                      |
|------------|----------------------|
| Conceito A | IDF $\geq$ 9,0       |
| Conceito B | 7,0 $\leq$ IDF < 9,0 |
| Conceito C | 5,0 $\leq$ IDF < 7,0 |
| Conceito D | IDF < 5,0            |

9.4.5.1 Com base no IDF Anual do serviço prestado, o fornecedor terá seu desempenho avaliado de acordo com a classificação "A, B, C e D". A avaliação de fornecedores será mantida em meio eletrônico;

9.4.5.2 O fornecedor com classificação "B" será alertado pelo fiscal do contrato sobre o resultado de sua avaliação para que tome as medidas corretivas de forma a evitar novas ocorrências;

9.4.5.3 Para o fornecedor com classificação "B" que tiver reincidência de atrasos ou não conformidades, e aquele que for avaliado nas classificações "C" e "D", será solicitado a apresentação de um plano de ação para a solução dos problemas apresentados no fornecimento;

9.4.5.4 Após análise dos resultados da solução e/ou proposição de melhorias, o gestor do contrato, em alinhamento com o fiscal técnico, deve decidir sobre a abertura ou não de processo para aplicação das providências cabíveis previstas em contrato;

NOTA: O Lacen/ES resguarda-se o direito de realizar mudanças no instrumento de avaliação de fornecedores (formulários) sempre que julgar necessário, visto que documentos do sistema de gestão da qualidade são continuamente revisados, sempre que alguma melhoria é identificada.

## 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 10.1 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

10.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignandoem relatório, informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca, prazo de validade e demais informações constantes na nota fiscal;

10.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, ou 90 (noventa) dias corridos para produtos importados a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.1.3 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

10.1.4 Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, conforme descrito, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias corridos;

10.1.4.1 Caso o setor responsável necessite de maior prazo para completar a avaliação técnica do insumo, o novo prazo deve ser prontamente informado ao fiscal do contrato;

10.1.5 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da manifestação do fiscal prevista, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

10.1.6 Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, por escrito, as respectivas correções;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

10.1.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

10.1.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

10.1.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

10.1.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **10.2 NOTA FISCAL**

10.2.1 Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 10.2.1.1 O prazo de validade;
- 10.2.1.2 A data da emissão;
- 10.2.1.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.2.1.4 O período respectivo de execução do contrato;
- 10.2.1.5 O valor a pagar; e
- 10.2.1.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal;

10.2.4 O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

## **10.3 CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO NO CURSO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

10.3.1 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023;

10.3.2 Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções;

10.3.3 Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções;

10.3.4 Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado;

10.3.5 Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público;

10.3.6 Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

**10.4 DO PRAZO DE PAGAMENTO**

10.4.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023;

10.4.2 Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação;

10.4.3 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

10.4.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a serrevisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura;

10.4.5 A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assimcomo na Lei Estadual 2.583/1971;

10.4.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

**10.5 DA FORMA DE PAGAMENTO**

10.5.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e contacorrente indicados pelo contratado;

10.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária parapagamento;

10.5.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.5.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

10.5.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE

**11.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço;

11.1.2 A justificativa para adoção do referido critério considera que se trata de aquisição de bens comuns cujos parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação podem ser auferidos objetivamente, trazendo menor dispêndio para a administração pública.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

**11.2 DA FORMA DE FORNECIMENTO**

11.2.1 O fornecimento dos itens 01 a 06 (Reagentes) será parcelado, enquanto os itens 07 e 08 (Equipamentos) será em única parcela;

11.2.2 A justificativa para adoção da referida forma deve-se à certa imprevisibilidade inerente à natureza da demanda dos testes, principalmente em casos de suspeitas de surtos e necessidades de coletas extraordinárias nos serviços de diálise, e ao curto prazo de validade do produto.

**11.3 DAS EXIGÊNCIAS PARA FINS DE HABILITAÇÃO**

11.3.1 Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no Anexo "I-A" deste Termo de Referência.

**12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.405,00 (sete mil, quatrocentos e cinco reais)** conforme pesquisa de preço.

| ITEM | CÓDIGO SIGA | CÓDIGO CATMAT | DESCRIÇÃO/<br>ESPECIFICAÇÕES  | UNIDADE | QUANT. MÁX | VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM R\$ | VALOR TOTAL POR ITEM R\$ |
|------|-------------|---------------|---|---------|------------|------------------------------|--------------------------|
| 01   | 245777      | 415901        | <b>PLACA DE CULTURA PRONTA PARA CONTAGEM;</b> NOME: PLACAS PARA CONTAGEM DE COLIFORMES TOTAIS E ESCHRICIA COLI; APRESENTAÇÃO: MEIO SELETIVO PRONTO EM FILME FLEXÍVEL SIMILAR OU SUPERIOR A REFERÊNCIA PETRIFILM PARA CONTAGEM DE COLIFORMES TOTAIS E ESCHERICHTIA COLI; FINALIDADE: IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE COLIFORMES TOTAIS E ESCHERICHTIA COLI EM 24 HORAS; COMPOSIÇÃO: AGAR VERMELHO VIOLETA BILE (VRB), UM AGENTE GELEIFICANTE SOLÚVEL EM ÁGUA FRIA, UM INDICADOR DE ATIVIDADE GLUCURONIDASE (BCIG) E UM INDICADOR DE TETRAZOLIO; CERTIFICAÇÃO: COM CERTIFICAÇÃO DE ANÁLISE; EMBALAGEM: EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULAGEM: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, Nº DE LOTE, VALIDADE, PROCEDÊNCIA E ARMAZENAMENTO; OUTRAS INFORMAÇÕES: APRESENTAR BULA COM INSTRUÇÕES DE USO; METODOLOGIA OFICIAL NA AOAC; MANTER REFRIGERADO ENTRE 2 A 8 GRAUS CELSIUS; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE<br><b>MARCA: NEOGEN</b> | UNIDADE | 500        | R\$ 14,8100                  | R\$ 7.405,00             |



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela fonte de recursos do(s) órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços a ser informada na lavratura do instrumento de contrato;

13.2 Quando da contratação, as despesas serão atendidas com as informações da dotação, constante no Quadro Resumo deste Anexo:

13.2.1. Gestão/Unidade

13.2.2. Fonte de Recursos

13.2.3. Programa de Trabalho

13.2.4. Elemento de Despesa

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou aofuncionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivojustificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade maisgrave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nasalíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", quejustifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);
- d) Aplicação de Multa:
  - d.1 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
  - d.2 O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinçãodo contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõeo inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
  - d.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 14.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

d.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 14.1, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

d.5 Para infração descrita na alínea "b" do subitem 14.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

d.6 Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 14.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

d.7 Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 14.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

14.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);

14.3.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 14.2 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);

14.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

14.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

14.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

14.4.1 Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

14.4.2 A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

14.4.3 O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea "a" do subitem 14.2 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

14.4.4 O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

14.4.5 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021;

14.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

14.5.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.5.2 As peculiaridades do caso concreto;

14.5.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.5.4 Os danos que dela provierem para o Contratante;

14.5.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

14.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021);

14.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

14.10 Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

14.11 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

14.12 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

## 15. DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este termo e o instrumento contratual;

15.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

15.3 Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

15.5 Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

15.6 Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

15.7 Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

15.8 Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

15.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado;

15.10 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

## 16. DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1 O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo e do instrumento contratual, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1 Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

16.1.2 Entregar os itens solicitados conforme as especificações detalhadas no Edital e Termo de Referência, alinhado à proposta apresentada e em conformidade com os padrões de qualidade e especificações exigidos pela legislação vigente;

16.1.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.5 Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, responder inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a reparar, corrigir, remover e/ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório;

16.1.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas quaisquer despesas e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

16.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.8 Manter durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.1.9 Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

16.1.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do instrumento contratual;

16.1.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

16.1.12 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIO**

**17 DA VIGÊNCIA, ACRÉSCIMOS E PRORROGAÇÕES**

- 17.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ARP;
- 17.2 No caso de prorrogação do prazo de vigência da ARP, apenas os quantitativos remanescentes não utilizados serão considerados para o novo período de vigência, conforme Art. 34 do Decreto Estadual 5354-R-2023.

**18 DA DISPOSIÇÃO FINAL E DOS RESPONSÁVEIS PELAS APROVAÇÕES**

Em complementação ao disposto no presente Termo de Referência, as demais condições e obrigações estarão estabelecidas no edital.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**CAROLINA MARCONDES REZENDE SANCHES**

SUBSECRETARIO ESTADO

SSAS - SESA - GOVES

assinado em 03/12/2024 12:27:42 -03:00

**MARCELLO JOSE SALES FERREIRA**

CIDADÃO

assinado em 03/12/2024 10:36:40 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 03/12/2024 12:57:37 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por KELLY KRYSS FERREIRA BICARIS BORGES (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (MGS) - NECV - SESA - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-HW2R1Z>



# Relatório Ata de Registro de Preços

Unidade Gerenciadora 925120 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE/ES

Contratos.gov.br

## INFORMAÇÕES DA ATA

|   |   |  |
|---|---|--|
| <b>Ata:</b><br>nº 01185/2024                  | <b>Última Atualização:</b><br>03/12/2024            | <b>Link da ata no PNCP:</b><br><a href="https://pncp.gov.br/app/atas/27080605000196/2024/243/1">https://pncp.gov.br/app/atas/27080605000196/2024/243/1</a> |
| <b>Vigência</b><br>de 04/12/2024 a 03/12/2025 | <b>Órgão:</b><br>SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - ES | <b>Unidade gerenciadora:</b><br>925120 - SES/ES  |
| <b>Valor Contratado:</b><br>R\$ 7.405,00      |   |  |

### Fornecedor

07.185.891/0001-47 - LABTEK COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA

**Objeto:**  
PLACA DE CULTURA PRONTA PARA CONTAGEM

## INFORMAÇÕES DA COMPRA

Número da compra / Ano:  
90349/2024

Modalidade da compra:  
05 - Pregão

Data da assinatura:  
03/12/2024

## ITENS DA ATA

| Número | Item   | Aceita Adesão | Qtd. Limite Adesão | Qtd. Limite Informado na Compra | Código | Tipo     | Qtd. Homologada |
|--------|--|---------------|--------------------|---------------------------------|--------|----------|-----------------|
| 00001  | MEIO DE CULTURA,, TIPO PARA CONTAGEM DE ESCHERICHIA COLI/COLIFORMES, APRESENTAÇÃO FILME POLIETILENO/POLIPROPILENO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL QUADRICULADO | Sim           | 1000               | 1000                            | 74595  | Material | 500,0000        |

## DETALHAMENTO DO ITEM 00001

|                        |  |
|------------------------|--|
| Descrição detalhada:   | MEIO DE CULTURA,, TIPO PARA CONTAGEM DE ESCHERICHIA COLI/COLIFORMES, APRESENTAÇÃO FILME POLIETILENO/POLIPROPILENO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL QUADRICULADO |
| Código do item:        | 74595  |
| Tipo do item:          | Material   |
| Quantidade homologada: | 500,0000   |
| Vigência inicial:      | 04/12/2024   |
| Vigência final:        | 03/12/2025   |

## FORNECEDOR(ES) ITEM 00001:

| Classificação | CNPJ               | Fornecedor                                     | Qtd. total | Valor unitário |
|---------------|--------------------|--|------------|----------------|
| 001           | 07.185.891/0001-47 | LABTEK COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA | 500,0000   | 14.8100        |

## UNIDADE(S) ITEM 00001

| Código | Unidade | Tipo da unidade | Qtd. registrada | Qtd. disponível para remanejamento/empenho |
|--------|---------|-----------------|-----------------|--|
| 925120 | SES/ES  | Gerenciadora    | 500.00000       | 500.00000                                  |

## ADESÕES(S) ITEM 00001

Qtd. máxima para adesão 1000.00000

Qtd. disponível para adesão: 1000.00000

Quantidade aguardando análise: 0

Aceita adesão Sim

